

Militância clandestina e relações de gênero¹

Musa Santos

musa.historia@gmail.com

Universidade Federal de Santa Catarina

RESUMO: Durante a Ditadura Civil-Militar Brasileira (1964-1985) muitas militantes de esquerda se viram diante da necessidade de viverem clandestinamente. Enquanto algumas mulheres utilizaram a clandestinidade para se infiltrarem em meio à classe proletária podendo difundir suas idéias revolucionárias, outras viveram como clandestinas para escapar das prisões, torturas e assassinatos ocorridos durante o período, momento que trouxe forte repressão para todo o solo nacional. Este artigo pretende apresentar uma discussão sobre a narrativa de militantes que viveram na clandestinidade, apresentando experiências da vida clandestina e focalizando, principalmente, como as relações de gênero estavam inseridas na vida clandestina. Através de estudo comparativo destas narrativas, pretende-se observar se houve mudança ou manutenção, reforço ou relaxamento das diferenças de gênero no período de vida clandestina. Como metodologia, pretendo focar nas discussões sobre memória e História Oral. Entre as fontes utilizadas, está presente a autobiografia escrita por Derlei Catarina de Luca, na qual ela relata parte de sua trajetória como militante da Ação Popular destacando o período em que viveu clandestinamente.

Palavras-chave: Ditadura; Clandestinidade; Gênero.

ABSTRACT: During the Civil-Military Dictatorship Brasileira (1964-1985) many leftists were faced with the need to live clandestinely. While some used the underground to infiltrate through the proletarian class can spread their revolutionary ideas , others lived as underground to escape the arrests, torture and killings during the period , a moment that brought strong repression to the whole national territory . This article aims to present a discussion of the narrative of militants who lived in hiding, presenting experiences of clandestine life and focusing mainly as gender relations were inserted in the clandestine life. Through comparative study of these narratives, we intend to observe whether there was a change or maintenance, strengthening or relaxation of gender differences in the period of clandestine life. As a methodology, I intend to focus the discussions on memory and oral history. Among the sources used , this is written by Derlei Catarina de Luca autobiography, in which she recounts part of his career as a militant of the *Ação Popular* highlighting the period in which she lived clandestinely.

Keywords: Dictatorship; underground; Genre.

¹ Este trabalho apresenta resultados parciais da pesquisa “Vida clandestina: Relações de gênero na clandestinidade” que vem sendo realizada com o apoio do CNPq.



Os últimos anos apresentaram uma atenção particular ao tema ditaduras militares no Cone Sul e relações de gênero,² Mariana Joffily, defende que um dos motivos que contribuiu para este maior interesse nos estudos de gênero e ditaduras foi a realização do *Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras Militares* ocorrido na Universidade Federal de Santa Catarina em março de 2009.

Joffily, em seu artigo – *Mémória, gênero e repressão política no Cone Sul (1984-1991)* – acrescenta que muitos destes estudos destacam a participação de mulheres nas lutas armadas e nas resistências às ditaduras enfatizando a luta das militantes por “igualdade de condições na distribuição dos postos de comando e na elaboração tanto da linha, como da estratégia política a serem seguidas.”³ Partindo da participação das mulheres na resistência à ditadura civil-militar brasileira inicio este artigo.

Com a ditadura civil-militar⁴ (1964-1985) instaurada no Brasil, muitas⁵ militantes de organizações de esquerda passaram a viver na clandestinidade. Tinham como objetivo tanto a resistência e luta contra o regime militar que estava instaurado no Brasil, como a sua própria sobrevivência e proteção. A prática da clandestinidade se tornou comum, devido ao momento de repressão em que vivia o país.

Com a perspectiva de pensar num futuro (futuro este que ninguém sabia se iria realmente vivê-lo), muitas militantes refletiam sobre escolher continuar dentro das organizações de esquerda. Elas foram declaradas ilegais pelo regime militar, sendo assim, quem escolhia continuar na militância sabia que a clandestinidade seria um caminho a se seguir. Para estas pessoas não restavam muitas alternativas de escolha caso continuassem com a atuação na militância política. Maria Auxiliadora de Almeida

² JOFFILY, Mariana. Memória, Gênero e repressão política no Cone Sul (1984-1991). In__ **Tempo e Argumento**. Florianópolis: v. 2, n. 1, p. 111-135, jan.-jun. 2010, p. 112.

³ Idem, p. 112.

⁴ Uso o termo civil-militar para me referir à ditadura pois esta não foi realizada apenas pelo regime militar. Sabe-se que houve o apoio de uma grande parcela da sociedade civil e da Igreja.

⁵ Neste artigo, contrariando a gramática da língua portuguesa, usarei os plurais no feminino quando incluírem palavras masculinas e femininas. Faço isto para apontar a arbitrariedade das regras gramaticais que estabelecem o masculino como o plural e o universal.



Cunha Arantes ⁶, sobre esta perspectiva, defende que “a escolha da clandestinidade era uma questão de sobrevivência decorrente de sua condição de militante perseguido e considerado inimigo pelas forças militares e policiais” ⁷.

Após o término deste período muitas memórias vieram à tona, nas mais variadas formas, a exemplo das autobiografias, biografias, entrevistas, depoimentos, dentre outros. Este artigo pretende apresentar as experiências de vida clandestina e focalizar, principalmente, nas maneiras como estas pessoas viveram as relações de gênero durante este período de suas vidas. Através de um estudo comparativo destas narrativas, pretendo observar se houve mudança ou manutenção, reforço ou relaxamento nas diferenças de gênero no período de vida clandestina. Como se trata de uma pesquisa recente, uso como primeira narrativa a autobiografia da ex-militante Derlei Catarina de Luca.

Para tanto é necessário discutirmos a respeito do conceito de memória. Aparentemente, entende-se por memória o exercício de lembrar o passado, recordar e reproduzir estas lembranças, porém definir a memória somente desta forma seria equivocado. Maurice Halbwachs, um dos principais estudiosos do conceito de memória coletiva e individual, tem como base do seu pensamento a ideia de que lembrar para o indivíduo corresponde a reatualizar a memória de um grupo que faz/fez parte. Ele comenta que a memória coletiva de um grupo está diretamente relacionada com o espaço e o tempo ⁸.

Assim, temos que ter em conta que o contexto de elaboração (tempo e espaço), feito sempre *a posteriori*, como na autobiografia que me propus a trabalhar, contribui para a organização, reconstrução e interpretação do passado vivido. Entretanto, apesar disso, a autobiografia aqui analisada está fortemente relacionada com as interações sociais do grupo ao qual fez parte Derlei Catarina de Luca, tornando-se improvável

6 Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes é psicanalista. Formou-se pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais em psicologia no ano de 1963. Militante política participou da fundação de Ação Popular e, durante o regime militar brasileiro ficou presa entre dezembro de 1968 e maio de 1969 junto com seus dois filhos de 2 anos e 3 anos de idade.

7 ARANTES, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha. **Pacto Re-Velado**: psicanálise e clandestinidade política. São Paulo: Editora Escuta, 1994. – (Plethos) – 2ª ed. 1999, p. 66.

⁸ ROSALEN, Eloisa; SANTOS, Musa. **Relações de Gênero na Clandestinidade**. Anais do Colóquio Nacional de Estudos de Gênero e História – LHAG/UNICENTRO, p. 30. Disponível em: <http://sites.unicentro.br/wp/lhag/files/2013/10/Musa-Santos-e-Eloisa-Rosalen.pdf> acessado em 30 de outubro de 2013.



considerar ‘real’ a narrativa de um fato ou recordação que os outros discordam, negam lembrar ou lembram de outra maneira.

Numa sociedade que valoriza altamente a escrita em detrimento da oralidade, em que o ‘anormal é o sem-papéis’, como afirma Artières (1998), se, de um lado, o poder o persegue e captura indivíduos ininterruptamente, produzindo registros desde o nascimento até a morte, de outro, as narrativas autobiográficas abrem espaços para a apropriação do próprio eu, como um modo de autoproteção. Neste sentido, escrever é inscrever-se, é constituir-se publicamente, dando visibilidade e sentido à própria vida⁹

Silvia Salvatici, no artigo *Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral das mulheres*, observa que História Oral e a História das Mulheres vêm mostrando ao longo do tempo semelhanças significativas em seus propósitos, e afirma que ambas foram produzidas, de maneira mais ampla, pelos movimentos sociais dos anos 1960. Ambas tiveram como pontapé inicial a ideia de trazer ao fazer historiográfico ou ao *métier* historiográfico a história oculta. Segundo Salvatici:

Historiadores orais buscaram inserir as vozes que faltavam, as dos desfavorecidos, a fim de criar uma nova ‘história vinda de baixo’, enquanto feministas desejaram demonstrar o papel vital desempenhado por mulheres, no passado e no presente, por meio de uma reconstrução do passado, o que pela primeira vez, conferiu uma atenção adequada às contribuições femininas.¹⁰

A partir da autobiografia de Derlei Catarina de Luca, intitulada *No Corpo e Na Alma*, pode-se vislumbrar parte do passado desta ex-militante da Ação Popular. *No Corpo e Na Alma*, publicado em 2002, recebeu este título devido à grande dor sofrida por Derlei durante os anos de ditadura civil-militar em que viveu o país.

Derlei Catarina de Luca nasceu no município de Içara, Santa Catarina, em 1946. Foi estudante da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e da Universidade do Oriente, em Cuba. Foi militante de Ação Popular (AP) e uma das dirigentes da organização. Devido ao período de ditadura civil-militar passou anos de sua vida na

⁹ RAGO, Margareth. Memórias da Clandestinidade: Criméia Alice de Almeida Schmidt e a Guerrilha do Araguaia. In__ PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (org). **Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010, p. 157.

¹⁰ SALVATICI, Silvia. Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral das mulheres. In__ **História Oral**, v. 8, n. 1, p. 29-42, jan.-jun. 2005, p. 29.



clandestinidade, dando continuidade às suas atividades de militância política de esquerda.

Derlei ainda fundou e coordena o *Comitê Catarinense Pró Memória dos Mortos e Desaparecidos Políticos*, é militante do grupo *Tortura Nunca Mais* e atualmente ocupa a cadeira número um da *Academia Criciumense de Letras*. Também trabalhou durante 25 anos na *Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)* de Içara. Em 2001 recebeu da Assembleia Legislativa do Estado, a medalha *Antonieta de Barros*. Entre outras atividades, foi professora em vários colégios no Sul do estado catarinense.

Carolina Delamore em seu livro *Marcas da Clandestinidade* nos chama a atenção a respeito da Ação Popular. Ela comenta que, com o golpe de 1964, a AP passou a atuar na clandestinidade, dando início àquilo que foi denominado *integração na produção*¹¹. As militantes e dirigentes passaram a ir às fábricas e campos para se integrarem em meio aos trabalhadores, na tentativa de eliminar a distância entre o trabalho intelectual e o trabalho manual. Esta era uma prática de ação revolucionária que buscava a proletarianização das suas militantes, uma forma de acabar também com o que eles chamavam de pensamento pequeno burguês.

A Ação Popular (AP) foi uma Organização de esquerda, fundada no ano de 1962, formada por ex-integrantes da Juventude Universitária Católica (JUC) e da Juventude Estudantil Católica (JEC). A Ação tinha sua fundamentação teórica dividida entre o marxismo e os princípios maoístas, possuindo uma série de divergências internas justamente por seguirem duas vertentes políticas.

Em *No Corpo e Na Alma*, Derlei relata em meio a risos e momentos de grande dor as lutas diárias enfrentadas por jovens militantes que tinham a esperança de mudar a política nacional. Destaca também as tarefas realizadas dentro e para a Organização, suas aventuras amorosas, os difíceis momentos que passou durante sua prisão, as torturas sofridas e seus sentimentos diante disto tudo.

Conta-nos que foi a partir do surgimento do Ato Institucional 5 (AI-5), que entrou para a clandestinidade, juntamente com um grupo de amigas estudantes da UFSC, e que saíram todas rumo à Canasvieiras, onde passaram a primeira noite como

¹¹ Entende-se por *integração na produção* uma prática revolucionária da Ação Popular desenvolvida durante a ditadura civil-militar, na qual as militantes eram inseridas em fábricas ou no campo para trabalharem.



clandestinas. Ela ainda comenta um pouco sobre as atividades realizadas nesta primeira noite:

Valmir, com pena de me deixar sozinha, fica em Canasvieiras.¹²
Os rapazes traziam arpão, as meninas preparavam os temperos. Salete dirigia a comida. Loli namorava Tavo, fazendo rendinha de cordão com as mãos [...].¹³

Mesmo participando ativamente da Organização há algum tempo e tendo entrado para a clandestinidade também por este motivo, podemos notar as relações de gênero presentes neste relato de Derlei. O pensamento de que a mulher seria mais frágil, que precisaria de proteção e seria incapaz de ficar sozinha é reforçado com o relato de que Valmir sentiu pena de deixá-la só.

A Organização decidiu então que Derlei iria para Curitiba. A mudança tinha como objetivo a sua integração em meio à classe operária, trabalhando em uma fábrica. Sobre a divisão entre campo e fábrica, Derlei conta que:

Os homens vão para o campo. As mulheres para as fábricas nas cidades. Algumas esposas não militantes acompanharão seus maridos. Como pela teoria revolucionária leninista, o operariado é a classe dirigente da revolução, brincamos com eles nos intervalos.

- Neste caso, nós, mulheres, vamos estar junto da força dirigente...¹⁴

Novamente as relações de gênero estão presentes dentro das práticas da Organização e desta vez dentro da própria fala das militantes. Estas militantes utilizaram ferramentas humorísticas para reafirmarem seus papéis dentro da organização, deixando bem claro, aos homens, que elas estariam exercendo um papel de grande importância dentro da Ação Popular.

Após chegar a Curitiba, Derlei abandonou seu verdadeiro nome e passou a ser chamada de Deise Campos. Era uma das muitas práticas realizadas entre militantes que passavam a viver clandestinamente. Era uma necessidade, sendo esta apenas uma das muitas questões de sobrevivência e segurança que rodeavam a vida clandestina a qual Derlei estava inserida. Contudo, vários foram os nomes que a militante foi assumindo

¹² LUCA, Derlei Catarina de. **No corpo e na alma**. Ed. do autor, 2002, p. 29.

¹³ Idem, p. 29-30.

¹⁴ Idem, p. 36.



ao longo de sua trajetória, e junto com o nome vinha toda uma personagem. Podemos até fazer uma comparação com o processo de composição de personagem pela qual passam profissionais das artes cênicas, pois a construção de uma “nova pessoa” “interpretada” pela militante é muito semelhante ao processo de construção de personagens interpretadas nos palcos teatrais.

Não se tratava apenas de assumir um novo nome, era preciso assumir toda uma vida junto deste nome. Toda a ação requeria certo tipo de disfarce, ligado não somente à aparência física adotada pela clandestina, mas também todo um novo jeito de se relacionar publicamente, no trabalho, no cotidiano e até em situações de perigo. A clandestina passava a ter o “jeito” do nome que estava assumindo, tinha que “aparentar” aquela “identidade”, principalmente se estivesse integrada na produção, no campo, ou realizando alguma função que requeresse um nível de escolaridade diferente do seu. Vários foram os nomes usados pelas militantes, e para legitimação dos mesmos essas mulheres possuíam:

[...] o do documento ‘frio’ que guardava consigo para trabalhar ou apresentar em viagens, e que só ele e quem lhe fez o documento conhecia, o nome que usava na relação com os simpatizantes ou amigos da Organização que freqüentava, para discutir alguma questão ou pedir alguma ajuda, e o nome que usava na Organização.¹⁵

Derlei de Luca passa a ser Deise Campos. Deise Campos era uma jovem operária, que levava uma vida simples, sem luxos e que trabalhava em uma fábrica de sol a sol. Por conta disto e da sua condição de clandestina, deveria se adequar ao ambiente social ao qual fazia parte agora, e isso significava não chamar a atenção de ninguém e agir da maneira como todas ao redor agiam. Como exemplo, podemos citar o episódio em que Derlei estava indo ao encontro de uma companheira da AP e por causa da pressa não teve tempo de trocar de roupa. Segundo Derlei:

Encontro-a com as mesmas roupas que usava na fábrica, não dava tempo de ir em casa mudá-las. Tampouco poderia ir à fábrica com as roupas usadas no movimento estudantil. As operárias se vestiam diferente. Na minha ignorância, achava meio cafona, mas como podiam vestir-se melhor se o bom gosto custa um dinheiro danado

¹⁵ ARANTES, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha. **Pacto Re-Velado**: psicanálise e clandestinidade política. São Paulo: Editora Escuta, 1994. – (Plethos) – 2ª ed. 1999, p. 75.



neste país? Preferia andar de calças compridas e blusa de malha. Mas a maioria ia de vestido, então eu ia de vestido.¹⁶

Anne Hollander, em seu livro *O sexo e as roupas*, diz que:

É claro que o ‘uniforme’, tão vigorosamente escarnecido pela atual retórica sobre as roupas, é realmente o que as pessoas preferem usar, roupas com as quais elas se sentem seguras e iguais aos seus companheiros¹⁷.

E isto fica claro na fala de Derlei quando diz que preferia usar calças compridas e blusa de malha, pois era esta a roupa que usava quando estava atuando no movimento estudantil, e que de certo modo lhe trazia uma afirmação de si como Derlei.

Ainda sobre esta questão de aceitação pessoal em meio a um grupo a qual uma pessoa pertence, Anne Hollander defende que:

A necessidade de aceitação pessoal é satisfeita por um conjunto de disfarces impessoais aceitáveis; se você adotar um de modo completo, ninguém verá através dele o seu verdadeiro eu. Você terá vestido um uniforme ou assumido os hábitos; o manto honrado de seu grupo escolhido o protegerá do ridículo.¹⁸

É por conta desta necessidade de aceitação pessoal que Derlei muda sua maneira de se vestir e passa a usar vestidos, pois como ela mesma disse em seu livro, esta era a roupa que todas as outras operárias vestiam; claro que esta não era a única razão para o abandono das calças; acima de tudo, a militante necessitava proteger sua vida clandestina, e para isto, deveria estar dentro das normas sociais impostas pelo grupo a qual estava integrada, mesmo que tais normas fossem contrárias às suas ideologias, e uma destas normas naquele momento era o uso de vestidos.

Derlei também relata um episódio que aconteceu no Rio de Janeiro, para onde se mudara e estava trabalhando como babá e empregada doméstica. Sempre que levava as crianças que cuidava ao parque encontrava outras colegas de serviço. Algo que elas

¹⁶ LUCA, Derlei Catarina de. **No corpo e na alma**. Ed. do autor, 2002, p. 46.

¹⁷ HOLLANDER, Anne. **O sexo e as roupas**: a evolução do traje moderno. Rio de Janeiro: Rocco, 1996, p. 229.

¹⁸ Idem, p. 229.



sempre mencionavam era a escola de samba que frequentavam em suas folgas, e sempre a convidavam para ir junto com elas se divertir. Ela, porém, sempre recusava o pedido, até que um dia resolveu aceitar. Achou que suas colegas de trabalho iriam começar a suspeitar pelo fato de nunca aceitar os convites e não demonstrar interesse nenhum por samba. Ou seja, Derlei ao se passar por uma empregada doméstica no Rio de Janeiro percebeu que todas as demais domésticas adoravam ir às folgas sambar, por isso, se viu de certa maneira obrigada a ir ao samba também. Assim ela daria maior legitimidade e veracidade à identidade que estava assumindo naquele momento.

Tornar-se clandestina no nome, no rosto, no documento pessoal; afastar-se do seu grupo familiar, de amigas, do ciclo social e profissão, deixar para trás sua casa, suas roupas e a partir disso traçar formas e planos de resistência aos militares não é algo simples para a militante. Todas estas questões geraram diversos conflitos internos, cabendo a militante administrá-los da melhor maneira possível. Conforme Carolina Dellamore, baseada em Pierre Bourdieu, o nome próprio:

[...] pode atestar a identidade da personalidade como individualidade socialmente construída. [...] o nome próprio e uma história são partes constituídas do sujeito, um se relaciona com o outro. O nome aponta suas origens, suas raízes, conta uma história. E para parecer verdade, os clandestinos precisavam conjugar essa nova identidade a uma nova história e introjetá-las, para convencer os outros e a si mesmo, não levantando suspeitas nos novos amigos e vizinhos.¹⁹

Derlei, também passou por esse processo, saiu da universidade, entrou pra clandestinidade, trocou de nome (em Curitiba passou a ser chamada de Deise, e em Salvador seu nome era Maria Luisa) e manteve relação com a família de forma muito restrita (por questões de segurança). Poucas pessoas sabiam a sua identidade e história verdadeiras. E para ela, esta sensação de inexistência enquanto Derlei causava uma necessidade de socialização, fato que fica explícito em sua fala: “eu sofria com a clandestinidade, precisava ver gente com vida normal. Essa capacidade de procurar e

¹⁹ DELLAMORE, Carolina. **Marcas da clandestinidade**: memórias da ditadura militar brasileira. Brasília (DF): MINC, 2011.



encontrar pessoas, em todas as cidades onde morei, salvou e facilitou minha vida em várias oportunidades.”²⁰.

Diversas eram as situações as quais a militante passava durante a clandestinidade. A Ação Popular tinha suas próprias regras de segurança escritas em um livrinho, e era extremamente necessário que todas as integrantes da Organização cumprissem as regras, pois desta maneira não colocavam nem a Organização e nem a si próprias em situação de perigo e vulnerabilidade. Como exemplo, podemos citar o item número cinco das regras de segurança passadas pela AP, onde orientam que “as mulheres devem evitar andar com jornal na mão, fumar na rua e tomar cafezinho em bar”²¹. Isso devido ao fato de que a realização deste ato ainda era considerada uma atitude fora dos padrões sociais e que poderia assim colocar em risco o encontro clandestino²².

Outra função que Derlei desempenhava dentro da Organização era transportar material de discussão política de uma direção regional para a outra. Certa vez, Derlei estava em São Paulo com uma mala cheia de panfletos para a Campanha Nacional de Luta contra a Repressão e precisou pegar um ônibus até Salvador, o que não estava planejado era o surgimento da polícia militar no ônibus revistando todas que nele estavam. Como a primeira mulher a ser revistada reclamou da bagunça deixada pelos militares em sua mala, os oficiais decidiram não revistar as malas das demais mulheres. Para os militares, o fato de Derlei ser uma mulher, fez com que ela não levantasse suspeita sobre o conteúdo que havia em sua mala.

Já na Bahia, relatou sobre sua nova vida, a gravidez, o casamento e a mudança para Feira de Santana, sem, contudo parar com as atividades da militância. De volta à São Paulo, Derlei se queixou que “Depois da queda²³ [...] não me atrevo a escrever diários, com datas e nomes”²⁴. Em São Paulo acabou sendo confundida com outra

²⁰ LUCA, Derlei Catarina de. **No corpo e na alma**. Ed. do autor, 2002, p. 68.

²¹ Idem, p. 73.

²² Um dos trabalhos ‘administrativos’ de Derlei era realizar o encontro clandestino. Os encontros eram realizados em espaços públicos e com uma senha, senha a qual era passada para as duas pessoas que iriam se encontrar, porém estas duas pessoas na maioria dos casos nunca haviam se visto antes.

²³ Termo usado entre militantes referente à prisão.

²⁴ LUCA, Derlei Catarina de. **No corpo e na alma**. Ed. do autor, 2002, p. 166.



militante e foi presa, ou seja, a repressão possivelmente não sabia sobre suas atividades, foi presa porque a confundiram com uma outra militante. Antes de entrar para a clandestinidade ela tinha o hábito de escrever tudo o que lhe ocorria em diários, mas assim que passou a ser clandestina a primeira coisa que fez foi queimá-los.

Pego meus diários – cadernos e cadernos. Começo a queimá-los.
Valmir Martins se impacienta:
- Mas, essa criatura ainda escreve diário?
Limito-me a rir. Parece mentira, naquela agitação toda de 68, ter tempo para escrever diário e poesia [...] ²⁵.

Partindo da fala acima, podemos analisar que o fato dela ainda escrever os diários não é mais visto como uma prática pertencente às mulheres. Como ela o fazia, tinha plena noção de que os dados e informações presentes e inseridas em suas páginas poderiam prejudicá-la, assim como a toda Organização, caso tais documentos caíssem em mãos erradas.

Em relação aos relacionamentos afetivos, Derlei afirma que dentro da AP não poderia haver casais militantes, entretanto os homens poderiam levar suas mulheres não militantes junto, mas não poderiam ficar juntos se ambos fossem integrantes da mesma Organização. Tal imposição criou uma série de dificuldades para Derlei, pois não poderia encontrar o namorado:

Essas separações afetivas, discutidas “politicamente”, foram uma das provas mais duras impostas pela direção aos militantes. Para contornar a tristeza, eu lia e fazia poesias, outros liam o livrinho vermelho de Mao Tse Tung.
Somente as esposas não militantes podiam acompanhar os maridos e eram mantidas fora das atividades. Mas, quando presas, sofreram tanto quanto os militantes ²⁶.

Quando começa a namorar na Bahia, e mesmo depois que se casa com alguém não militante, ela relata uma série de pressões vindas de todos os lados: “Há entre nós uma situação tensa. Eles não aceitam meu namoro com um rapaz de fora da Organização” ²⁷; “Este relacionamento vai acabar com sua militância” ²⁸.

²⁵ LUCA, Derlei Catarina de. **No corpo e na alma**. Ed. do autor, 2002, p. 28.

²⁶ Idem, p. 37.

²⁷ Idem, p. 155.



Aparentemente, a Organização a via enquanto mulher emocionalmente frágil a ponto de se deixar levar por suas emoções, o que causaria prejuízos a AP. Entretanto Derlei relata que em determinado momento amigas da Organização a ajudaram a ter um encontro clandestino com o seu marido.

Carolina Dallamore relata em seu livro²⁹ que essa prática de “não permitir” relações das militantes com pessoas de fora da Organização buscava garantir a segurança de todas, pois as relações afetivas eram vistas como objetos que poderiam aumentar a vulnerabilidade das militantes, principalmente se estas fossem presas. Contudo, mesmo não sendo “ideal” para a AP, muitas militantes mantinham relacionamentos afetivos com pessoas que não participavam das mesmas atividades e que muitas vezes não eram ativamente militantes.

Raquel Guisoni, ex-militante de AP, em uma entrevista concedida ao Laboratório de Estudos de Gênero e História no mês de outubro de 2013 contou-nos um pouco sobre sua vida. Tratou principalmente sobre o período em que viveu clandestinamente ao lado do marido, também militante de AP e das duas filhas pequenas. Em sua fala não demonstrou em momento algum que seu relacionamento não era aceito pela Organização, embora o fato de ter tido duas filhas durante o período de clandestinidade tenha gerado certo receio na Organização em relação à segurança e condições de vida que as militantes vivem enquanto clandestinas. Porém a decisão final de ter filhas ou não coube a ela e ao seu marido, e portanto, resolveram tê-las. Eles, perceberam que esta também era uma forma de garantir a sua segurança pois seria muito mais difícil desconfiarem de uma família com duas crianças do que de um casal sem filhas.

Porém, podemos pensar que a questão que surgia em relação a relacionamentos afetivos fosse mais rígida para Derlei pelo fato dela ser uma das dirigentes da Ação Popular, e estar ligada diretamente à direção da Organização, diferente de Raquel, que por muito tempo realizou um trabalho de base dentro da Ação Popular. Contudo, Derlei deixa claro que em relação às mulheres militantes que mantinham relacionamentos com pessoas de fora da Organização, a pressão era mais intensa e a cobrança era muito maior

²⁸ Idem, p. 209.

²⁹ DELLAMORE, Carolina. **Marcas da Clandestinidade**: memórias da ditadura militar brasileira. Brasília (DF): MINC, 2011.



em cima delas, ao se comparar com os militantes homens que tinham esposas ou namoradas que não participavam da AP. A mulher ainda hoje é vista como uma pessoa mais sentimental, enquanto o homem é visto como um ser muito mais racional, que raramente se deixa levar pelas emoções, e que para uma considerável parte da sociedade ocidental, seria o oposto do sexo feminino, mas não somente isto. As relações amorosas não eram vistas com “bons olhos” não somente por apresentarem riscos de segurança à Organização, mas também por apresentarem riscos de outra natureza.

José Pacheco Pereira nos traz contribuições sobre tal assunto ao nos fazer olhar para outro lado das relações amorosas. O lado que poderia levar as militantes ao desejo de voltar à normalidade da vida, mesmo tendo em vista que “as condições árduas da vida clandestina, a sua inerente instabilidade e o seu intercalamento com longos períodos de prisão impediam uma vida sentimental normal”³⁰.

Só depois de um tempo, quando Derlei já havia se casado e já tinha tido seu filho houve uma mobilização por parte da Organização para que ela conseguisse se encontrar com o marido de maneira segura e com um pouco mais de facilidade. Mas isso pode estar relacionado ao fato de que a relação que mantinha com seu companheiro fosse realmente “consistente”, algo sério, e que sendo assim, a Organização não sairia prejudicada, afinal, o casamento, para uma sociedade ocidental, cristã, é visto como uma instituição séria, lembrando que a Ação Popular era constituída em sua maioria por jovens ex-integrantes da JEC e da JUC.

Quando ocorreu a queda da AP em Salvador, Derlei, ao mesmo tempo em que tentou reestruturar a Organização, passou a viver com o marido na cidade de Feira de Santana (Bahia), com o qual anteriormente não dividia a mesma casa. Ela relata que naquela pequena cidade não chamaria tanta atenção, pois era vista somente como uma esposa. Assim, fala sobre as dificuldades de realizar tarefas atribuídas como naturais ao seu gênero: “Nunca tinha sido dona de casa. Me perdia nos horários do almoço. Se estava numa reunião, nem sempre lembrava de ir pra casa cozinhar”³¹.

Por último, mas não menos importante, a respeito da autobiografia cabe destacar a questão subjetiva de gênero que se coloca. A forma como a narrativa é realizada traz

³⁰ PEREIRA, José Pacheco. **A Sombra**: estudo sobre a clandestinidade comunista. Lisboa: Gradiva, 1993, p. 165.

³¹ LUCA, Derlei Catarina de. **No corpo e na alma**. Ed. do autor, 2002, p. 209.



em quase todo o momento relatos de sentimentos e sensações diante da situação vivida, apesar da autora levantar debates políticos. Estes relatos trazem de forma indireta a construção social de gênero. Ao lermos outras autobiografias do mesmo período, como por exemplo, *Abaixo à ditadura* de José Dirceu de Oliveira e Silva e Vladimir Palmeira, podemos ver uma diferenciação na construção de suas narrativas. Tanto Vladimir como José Dirceu, se autorretratam como heróis, e falam somente de política. Falar sobre determinados assuntos, como sentimentos e amores perdidos, ainda são práticas consideradas femininas³².

Silvia Salvatici acrescenta ainda que em relação à História oral, às narrativas e memórias:

[...] a complexidade das narrativas de mulheres e suas múltiplas perspectivas sobre o passado contribuíram para dar destaque às contradições e repressões do discurso público, de tal forma que a reivindicação de universalidade tornou-se um desafio.³³

Partindo do que foi apresentado até então, e com base na teoria de memória em que o tempo, espaço, e gênero se inter-relacionam na narrativa apresentada, pode-se constatar que questões de gênero estão inseridas na clandestinidade, e contribuíram para mudar algumas posturas (como no caso de ter que mudar a maneira de se vestir, e os cuidados/orientações passados pela AP), o que ajudou a reforçar ou modificar as hierarquias de gênero também (como pode ser visto com relação ao relacionamento afetivo de Derlei). Não podemos esquecer que as hierarquias de gênero se ampliaram também devido ao fato de que muitas militantes permaneceram por muitos anos convivendo com pessoas de camadas populares da nossa sociedade, devido ao fato das organizações de esquerda exigirem que suas militantes, em sua maioria de classes mais abastadas, sentissem na pele como vivia a classe operária no país. Com isso, devemos lembrar que nestas camadas populares da sociedade, existiu e ainda existe uma divisão sexual do trabalho muito delimitada, e essa divisão reforça os papéis de gênero tidos como “naturais”.

³² ROSALEN, Eloisa; SANTOS, Musa. **Relações de Gênero na Clandestinidade**. Anais do Colóquio Nacional de Estudos de Gênero e História – LHAG/UNICENTRO, p. 35-36. Disponível em: <http://sites.unicentro.br/wp/lhag/files/2013/10/Musa-Santos-e-Eloisa-Rosalen.pdf> acessado em 30 de outubro de 2013.

³³ SALVATICI, Silvia. Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral das mulheres. In__ **História Oral**, v. 8, n. 1, p. 29-42, jan.-jun. 2005, p. 41.



Referências:

ARANTES, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha. **Pacto Re-Velado**: psicanálise e clandestinidade política. São Paulo: Editora Escuta, 1994. – (Plethos) – 2ª ed. 1999.

DELLAMORE, Carolina. **Marcas da clandestinidade**: memórias da ditadura militar brasileira. Brasília (DF): MINC, 2011.

JOFFILY, Mariana. Memória, Gênero e repressão política no Cone Sul (1984-1991). In__ **Tempo e Argumento**. Florianópolis: v. 2, n. 1, p. 111-135, jan.-jun. 2010.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vertice, 1990.

HOLLANDER, Anne. **O sexo e as roupas**: a evolução do traje moderno. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

PEREIRA, José Pacheco. **A Sombra**: estudo sobre a clandestinidade comunista. Lisboa: Gradiva, 1993.

PEREIRA, Ligia M L. Algumas reflexões sobre a história de vida, biografias e autobiografias. In: **História Oral**. Revista da Associação Brasileira de História Oral. São Paulo: Gandalf, nº 3, 2000, p. 117-127.

RAGO, Margareth. Memórias da Clandestinidade: Criméia Alice de Almeida Schmidt e a Guerrilha do Araguaia. In__ PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (org). **Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010.

ROSALEN, Eloisa; SANTOS, Musa. **Relações de Gênero na Clandestinidade**. Anais do Colóquio Nacional de Estudos de Gênero e História – LHAG/UNICENTRO, p. 30-37. Disponível em: <http://sites.unicentro.br/wp/lhag/files/2013/10/Musa-Santos-e-Eloisa-Rosalen.pdf> acessado em 30 de outubro de 2013.

SALVATICI, Silvia. Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral das mulheres. In__ **História Oral**, v. 8, n. 1, p. 29-42, jan.-jun. 2005.

Fonte:

LUCA, D.C. de. **No corpo e na alma**. Ed. do autor, 2002.

Recebido em 01 de novembro de 2013

Aceito para publicação em 18 de fevereiro de 2014

